

Enquadramentos dos manifestantes na revista Veja: um comparativo entre as revoltas de junho de 2013 e as manifestações de 15 de março de 2015

Ana Cristina Consalter Amôr²

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação- FAAC

Resumo

Este estudo traz como tema principal o papel do jornalismo na cobertura de movimentos sociais, visto que se trata de uma das principais modalidades de comunicação, exercida através das mais diversas linguagens e dos mais variados suportes técnicos e tem suma importância e responsabilidade nas lutas de cidadania. Como corpus de análise, o trabalho enfoca a cobertura de uma grande revista semanal do Brasil acerca de dois eventos distintos: manifestações que aconteceram nas principais capitais de todo o país durante o mês de junho de 2013 e também as manifestações que ocorreram no dia 15 de março de 2015. Através da Análise de Enquadramento foi possível verificar que os resultados da pesquisa sugerem uma cobertura um tanto quanto descritiva, superficial e com muitos estereótipos. E a revista Veja se destaca nesta sub-representação ao se esforçar para desqualificar o governo petista.

Palavras-chave: mídia; enquadramento; revista semanal; manifestações populares; manifestantes.

Introdução

No ano de 2013, o país inteiro foi surpreendido por uma série de manifestações que nasceram da reivindicação contra o aumento da tarifa para trens, ônibus e metrô. Posteriormente essas manifestações expandiram suas pautas e levantaram bandeiras mais difusas e menos pontuais em sua fase final.

Tais manifestações podem ser consideradas as maiores desde as “Diretas Já” e os “Caras pintadas”, e, de uma maneira geral, podem ser pensadas “como parte de novos processos de ação coletiva que vêm se desenhando nas últimas décadas” (SILVA ET AL, 2013, p. 7).

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Comunicação Midiática da FAAC-UNESP, email: anaconsalteramor@gmail.com

As manifestações do dia 15 de março (domingo), por sua vez, reuniram, de acordo com a Polícia Militar, cerca de um milhão de pessoas. Também foram

convocadas, principalmente, pelas redes sociais e organizadas em várias cidades do país e pediram, em sua maioria, pelo fim da corrupção. Houve grupos que reivindicaram a saída da presidente Dilma Rousseff e gritaram contra o PT. Refrões em defesa Petrobrás também foram ouvidos.

É preciso destacar que um dos elementos de grande importância neste processo de reivindicações é a comunicação social, porque tanto os meios mais tradicionais quanto os meios mais recentes desempenharam papéis importantes, uma vez que serviram de eco para vozes de diversos atores que participaram dos eventos.

Importância maior se dá ainda ao papel desempenhado pelas mídias em sociedades, cuja evolução é marcada por fragmentação, pela tensão entre o universal e o particular, entre o público e o privado, como é o caso do Brasil. Porque aqui a história é de muitos retrocessos, contradições e desigualdades sociais históricas, principais fatores da não instituição de direitos. Tal constatação não se daria apenas no campo formal, das leis, mas também na maneira como as relações sociais se estruturam. É o embasamento de Carvalho (2010) e de Telles (2006, p. 38) de que nossa sociedade teria sido instaurada com base nas discriminações, onde o sujeito não reconhece o outro como um sujeito também de interesses e valores válidos.

Através da Análise de Enquadramento (Porto, 2001), verificamos os enquadramentos utilizados para reportar os fatos políticos veiculados pela revista nas edições de 19 de junho de 2013 e 18 de março de 2014 que, de alguma forma já caracterizaram os manifestantes e suas ações dentro do contexto da abordagem jornalística desses dois momentos. Os resultados da presente pesquisa sugerem uma cobertura um tanto quanto descritiva, mas com certa diversidade de abordagens em relação aos eventos e seus personagens, com relatos até divergentes sobre algumas práticas durante os acontecimentos. E a revista *Veja* se destaca nesta sub-representação ao se esforçar para desqualificar o governo petista.

1. Os movimentos sociais contemporâneos: quando a cidade se conecta e vai às ruas contestar o poder

“Sem confiança nada funciona”. Com a frase enfática de Castells (2013, p. 11) torna-se possível materializar o complexo cenário de insatisfação mundial que se instaurou a partir de 2010, na Tunísia. De fato, políticos, governos e mídia viram-se

expostos diante de um povo esgotado, vazio, sem esperança e sem confiança. “E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência” (CASTELLS, 2013, p. 11)

Foram esses indivíduos que se juntaram, formaram-se em rede (através da “segurança do ciberespaço”) e depois amarraram as ideias e ganharam o apoio de milhões com base na experiência humana e suas reivindicações.

De acordo com Castells (2013, p. 12), esses movimentos se espalharam por contágio num mundo ligado pela internet. Começaram no mundo árabe, em 2010, com as revoluções egípcias, com a revolução da liberdade e da dignidade, na Tunísia, com a revolução das panelas, na Islândia, ambas em 2010. Percorreram a Espanha (“Os Indignados”), os Estados Unidos (“Occupy Wall Street”) e chegaram ao Brasil com a eclosão das manifestações de junho de 2013.

Ao analisar a formação, a dinâmica, os valores e as perspectivas de transformação social desses movimentos, Castells (2013, p. 13) afirma:

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda a organização formal, sustentando-se na internet, em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões (CASTELLS, 2013, p. 13).

De fato, é impossível desconsiderar a proatividade do Movimento Passe Livre (MPL) nas manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, mas o engajamento no evento uniu grupos e pessoas das mais diversas convicções em favor de uma causa comum: contra o aumento das passagens e pelo respeito ao ser humano como cidadão.

Segundo Castells (2013, p. 15), uma comunicação socializada é a principal fonte da produção social de significados e esse processo caracteriza-se pela diversidade. Porém, uma característica comum a todos é que as pessoas dependem muito das mensagens difundidas. Devido às transformações tecnológicas que ocorreram nos últimos anos, configura-se uma sociedade em rede sem fio que processa mensagem de muitos para muitos (comunicação de massa), “com potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de conectar a um número infindável de redes que transmitem informações. Assim, as redes de comunicação são decisivas na construção do poder”.

Essas “redes de poder” têm o interesse comum de controlar as regras e as normas diante de um sistema político que responda a seus interesses e valores. Assim, “o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento de todas as outras redes de poder” (CASTELLS, 2013, p. 17).

E enfim, esses atores e espaços têm desempenhado papel fundamental na história das mudanças sociais porque criam uma comunidade, constituindo proximidade, assumem e ocupam o espaço, reivindicando a cidade e o que ela pode proporcionar, constroem uma comunidade livre e criam verdadeiro espaço de deliberação e de tomada de decisões ajustadas aos interesses comuns.

Para Castells (2013, p. 20), eles aspiram justiça e denunciam inúmeras incoerências e atrocidades: pobreza, exploração econômica, desigualdade, comunidade política antidemocrática, estados repressivos, judiciário injusto, racismo, xenofobia, brutalidade, censura, fanatismo religioso, desrespeito à liberdade individual, intolerância, xenofobismo, descuido com o planeta, gerontocracia, incitação à guerra, entre outras representações de dominações de homens e mulheres em seus plenos estados de ignorância.

A questão-chave levantada por Castells (2013, p. 21) é “quando, como e porque uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas”.

2. Junho, março e suas vozes

A partir do início do mês de junho de 2013, uma série de manifestações intensas se espalhou pelas principais capitais e regiões metropolitanas do país para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô. Essas manifestações também protestaram contra o aumento dos alimentos, dos alugueis, do empobrecimento de serviços públicos no Brasil (educação, saúde, moradia) e do atual ambiente político hostil, pautado em diversos casos de corrupção.

Castells (2013, p. 182) conta que essas manifestações aconteceram sem que ninguém esperasse, sem líderes, sem partidos e inicialmente, sem apoio da mídia, pela mobilidade e contra a especulação imobiliária e a corrupção municipal.

Grande parte das mobilizações foi organizada através das redes sociais, tendo como precursores os membros do Movimento Passe Livre (MPL). O termo "vandalismo" e a violência policial acabaram ganhando as páginas e as imagens dos veículos de comunicação

quando começaram os registros violentos durante os atos, resultando em manifestantes e policiais feridos. A repressão policial chamou atenção da sociedade e foi motivo para intensificar os protestos.

O Movimento Passe Livre (MPL) chamou a todos para o protesto, tendo em vista a possibilidade de reajustes nas passagens. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad já havia cogitado tal acréscimo durante as eleições, argumentando que o reajuste estaria abaixo da inflação. Adiado em janeiro, o reajuste era previsto para o mês de junho e por isso possibilitou convidar as pessoas para o ato um mês antes.

No dia 17 de junho, o Rio foi palco de uma grande passeata que reuniu mais de 100 mil pessoas que protestaram contra os gastos para a Copa do Mundo, das Confederações, a corrupção e, principalmente, o aumento das tarifas de transporte público. O protesto foi quase todo pacífico. Porém, no final do ato, um grupo infiltrado de manifestantes radicais promoveu um festival de pancadaria. O Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), foi invadido e depredado. Era o cartão de visita dos chamados *Black blocs* no cenário das manifestações no estado.

Após o sexto ato (18 de junho), os governos baixam as tarifas e o movimento se sente vitorioso. Mas, além de outras pautas, a interpretação da violência foi decisiva no decorrer dos acontecimentos. “Na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada resultou da ação policial”. A seguir, a mídia se viu forçada a apoiar o movimento, com sua própria pauta, é claro. Nesse sentido, não a violência, mas sua apropriação pela imprensa teria sim alterado profundamente a dinâmica dos acontecimentos.

Com repercussão e reflexo em todo território nacional e internacional, o governo brasileiro passou a atender algumas reivindicações: o Congresso votou a favor de a corrupção ser tratada como crime hediondo, arquivou a PEC 37 e proibiu as votações secretas. Governos estaduais voltaram a praticar os preços antigos das passagens. Nas ruas, crescia o número de pessoas nas passeatas. As manifestações no Brasil foram comparadas aos protestos da Primavera Árabe, em países árabes, Los Indignados, na Espanha e o *Occupy Wall St*, nos Estados Unidos.

As manifestações do dia 15 de março (domingo), enfim, teriam reunido em São Paulo, de acordo com a Polícia Militar, cerca de um milhão de pessoas. Porém, o Instituto de pesquisa Datafolha teria divulgado no início da noite do mesmo domingo que, ao contrário do que informou a Polícia Militar e os organizadores do protesto em São Paulo, 210 mil pessoas tomaram a Avenida Paulista e não um milhão.

A incompatibilidade de dados teria acontecido também com a manifestação do dia 13 de março, na sexta, a favor do governo Dilma. A PM também havia anunciado que nesse as

manifestações teria reunido 12 mil pessoas. Na ocasião, o Datafolha cravou 41 mil pessoas e às 16h, registrou 188 mil pessoas na Paulista.

Os protestos do domingo (15) também foram convocados, principalmente, pelas redes sociais e organizados em várias cidades do país, que pediram, em sua maioria, pelo fim da corrupção. Houve grupos que reivindicaram a saída da presidente Dilma Roussef e gritaram contra o PT. Refrões em defesa Petrobrás e a favor do impeachment da presidente também foram ouvidos.

Os protestos, que também contaram com painelaços em vários bairros, com raras exceções, teriam sido pacíficos e contaram com o apoio e proteção da Polícia Militar.

3. O enquadramento

De acordo com Soares (2012, p. 3), o conceito de enquadramento (*framing*) surgiu na Sociologia, mas foi trazido para os estudos de comunicação para referir-se às propriedades construtivas das representações jornalísticas. O conceito vem da obra *Frame analysis*, de Erving Goffman, sociólogo americano que pretendia analisar a organização da experiência individual na interação social do cotidiano. Nessa obra, os enquadramentos foram definidos como marcos interpretativos. As pessoas atribuíam então sentido aos acontecimentos e situações sociais através de uma pergunta básica: “o que está acontecendo aqui”? Ou seja, o enquadramento implica em um processo de definição e construção de sentido para os eventos do cotidiano.

Na perspectiva de Tankard, Porto (2002, p. 3) destaca que o enquadramento oferece um instrumento para analisar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia e também para dinamizar perspectivas teóricas já existentes como, por exemplo, a da *agenda-setting*.

Em suas revisões, Rothberg (2005, p. 17) indica que o enquadramento é uma noção útil para entender o mecanismo de contar histórias no jornalismo político. Para este autor, o conceito de enquadramento é caracterizado como algo mais sofisticado do que as usuais teorias empregadas e propõe buscar as tendências supostamente apresentadas de forma sistemática.

Para Porto (2002), o enquadramento é um princípio de organização que governa os eventos sociais e o nosso envolvimento nesses eventos. Através do enquadramento as pessoas se permitem fazer sentido dos eventos e das situações sociais.

Para Gonçalves (2005), a introdução da noção de frame nas ciências sociais e humanas deve-se ao antropólogo e epistemólogo da comunicação anglo-americana, Gregory Bateson. Mas, segundo Porto (2004, p.5), o conceito foi utilizado pela primeira vez pela socióloga Gaye Tuchman, que defende que o enquadramento constitui uma característica essencial das notícias, que apresentam e orientam um entendimento específico do assunto em questão e constroem determinadas realidades. Ela se dedicou à conceituação do termo em seu livro *Making News*, mas não teria definido claramente o conceito porque não verificou como os enquadramentos dariam forma à realidade, não aplicou o conceito em fatos recorrentes da cobertura midiática.

Seria Todd Gitlin, em *The whole world is watching* (1980), o primeiro autor a propor uma definição clara e sistemática do enquadramento:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980).

Entman (1994), por sua vez, define e resume os principais aspectos do enquadramento:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994 p. 294).

Os investigadores percebem esses enquadramentos como um complexo cognitivo de esquemas, estabelecidos no discurso público, político ou entre mídias, e como manifesto em estruturas textuais. “Os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização das nossas experiências. Definem não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos com os outros. Estruturam, em síntese, a nossa experiência da realidade” (GONÇALVES, 2005, p. 158).

Segundo Rothberg (2005, p. 24) “os enquadramentos da política devem ser considerados como parte integrante de um gênero de produto midiático” com roteiros

pré-determinados para cativar o público. Esses gêneros possuem histórias e trajetórias distintas, influenciadas pelas relações entre editores e receptores. A política é contada como uma história, e os políticos dão sentido aos eventos através de narrativas que cativam leitores e telespectadores.

Porto (2002) divide em duas vertentes as pesquisas que utilizam tal referencial. De um lado, estão os estudos, realizados com grupos focais, do impacto dos enquadramentos da mídia sobre o entendimento da audiência em relação a temas políticos. De outro lado, investiga-se como determinado tema é enquadrado pela mídia. Surgem, sob esta segunda perspectiva, os enquadramentos que ele denomina como temático, “corrida de cavalos”, cívico, episódico, de interesse humano, de jogo, estratégico e dominante.

A análise de enquadramento, por sua vez, constitui uma abordagem apropriada para o estudo das matérias jornalísticas (neste caso, as de revista) numa perspectiva sociocultural e política, porque salienta o caráter construído da mensagem, revelando o discurso entranhado “em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial”. E porque também “acadêmicos brasileiros encontraram no conceito de enquadramento um instrumento de análise importante para estudar a relação entre a mídia e os movimentos sociais” (SOARES, 2012, p. 2).

4. As características, o texto, a ética e a pesquisa no jornalismo em revista

Ao abordar as magazines em sua totalidade, Vilas Boas (1996, p. 40), aponta que as revistas também possuem, cada uma, a seu modo, seu estilo e sua linguagem, definidos, muitas vezes, “pelo modo de “angular” a matéria, de redigir o texto e pelo ponto de vista predeterminado”. E mesmo com suas especificidades, a revista segue o mesmo preceito dos jornais diários porque deve conter linguagem de fácil assimilação e conciliar o domínio da técnica com a improvisação.

O autor aponta que a revista preenche lacunas informativas deixadas pelos jornais, pelo rádio e até mesmo pela televisão. Além de ter um visual mais sofisticado, a revista ainda apresenta uma grande diferença na construção textual porque pode ser mais criativa devido ao tempo e aos recursos estilísticos disponíveis.

Revista e jornal são além de tudo, circunstancialmente diferentes. A periodicidade é fator determinante no estilo de texto de uma revista. As revistas de informação chegam às bancas do mesmo modo que um sabonete chega ao supermercado. Por isso precisam de atrativos que as diferenciem do jornalismo dinâmico e veloz de todos os dias. O texto das revistas de notícias é um desses atrativos. Utiliza recursos que, nos limites do posicionamento político-empresarial, são a conciliação da prática de noticiar com a de narrar (VILAS BOAS, 1996, p. 101).

Visivelmente, o formato também evidencia as diferenças entre a revista e os outros meios. O mais comum, por exemplo, de 20,2x26,6cm (tamanho das revistas *Veja* e *Time*) é o que melhor utiliza o papel. Além de economia, devemos destacar que a leitura de uma revista é muito mais agradável porque não suja as mãos, cabe em qualquer bolsa ou mochila e seu papel e impressão garantem uma qualidade de texto e imagem muito superior.

Também seria a periodicidade um fator diferenciador. Além de interferir muito no trabalho dos jornalistas, a periodicidade possibilita ou não criatividade e profundidade na abordagem dos fatos. Em relação às revistas, não devem somente se restringir a apresentar meros resumos semanais. “É sempre necessário explorar novos ângulos, buscar notícias exclusivas, ajustar o foco para aquilo que se deseja saber, conforme o leitor de cada publicação” (SCALZO, 2013, p. 41).

As revistas não compartilham do problema que hoje os jornais enfrentam, o de ter de perceber de maneira rápida o acontecimento. Na revista é possível fugir da factualidade excessiva, da superficialidade e mergulhar em um assunto que almeja ser mais explorado, de forma diferente e sem apresentar equívocos.

Vilas Boas (1996, p. 71) analisa aspectos específicos das magazines semanais (entre eles, gramática própria, diagnóstico, sensacionalismo, contemporaneidade) e as divide em três grupos estilísticos: as ilustradas, as especializadas e as de informação-geral. A revista engloba também uma variedade de estilos, é mais literária e mais artística, “é uma prática jornalística diferenciada”. Um estilo herdeiro do *New Journalism*, movimento que resgata a tradição literária e autoriza o jornalista a viver a situação dos entrevistados.

Seu planejamento editorial trabalha, de maneira harmoniosa, “ritmo gráfico, visual e sentido das palavras”. O jornalista deve se empenhar ao máximo para garantir o interesse constante do leitor na leitura. Para tanto, a capa é produzida com “atrativos de

uma embalagem”. A notícia deve ser explorada de um modo mais amplo e interpretativo, destaca Vilas Boas (1996, p. 70).

Aqui a frase criativa substitui o lead, sendo, portanto, a forma de abertura uma das principais diferenças entre o texto de revista e o texto de jornal diário. A introdução das matérias é quase sempre uma narrativa climática e sua estrutura baseada em antíteses. Cria-se um clima de tensão e angústia, que motiva e desperta o interesse para, em seguida, explicar os fatos (VILAS BOAS, 1996, p. 72).

O estilo magazine permite acrescentar beleza, sofisticação, elegância e sensibilidade ao texto. E o jornalista não pode esquecer que o que o orienta é o texto bonito, sedutor e prazeroso de ler. “O exercício de escrever uma determinada matéria é singular, porque acaba num ponto final. Mas a *experiência* acumulada é *plural* porque forma o estilo do homem e do veículo” (VILAS BOAS, 1996, p. 102).

Diferente do jornal diário, extensivo, nas palavras de Luis Beltrão (rodapé), citado por Vilas Boas (1996, p. 77), o jornalismo de revista pretende ser intensivo, ou seja, exercido à base de mais reflexão, mais completo, mais profundo, que possibilite interpretação. “De modo geral, o jornalismo interpretativo deve ser um trabalho coordenado. O produto (ou a notícia) que será publicado é a informação em toda sua integridade. Captada, analisada e selecionada pelo jornalista. A ele cabe o diagnóstico”.

Conseqüentemente, ao produzir a informação interpretativa, oferecendo informação complementar, o jornalista, segundo Vilas Boas (1996, p. 81), considerará ângulos espetaculares, *sensacionais* porque o sensacionalismo é uma forma de sedução do texto de revista. Mais uma vez Vilas Boas cita Sodré ao relacionar o sensacionalismo com o sucesso. Este último afirma que o sucesso de um indivíduo, de um grupo ou de uma instituição garante prazer e satisfação para o leitor, que gosta de sofisticação, luxo, beleza, feitos extraordinários e alta posição social, fatores que fazem parte da “proposta *Veja de ser*”, por exemplo, com a “Filosofia do agradável”.

Para Vilas Boas (1996), o estilo magazine produzido hoje obedece ao critério comercial e é com ele que o jornalismo realiza plenamente suas potencialidades como produto. Medina (1978), ao propor as categorias de análise para a estrutura da mensagem jornalística para sua pesquisa, ou seja, angulação, edição, captação e formulação, destacou que a notícia sofre as conseqüências da circunstância histórica de que é um produto à venda, e pensado como algo de notável eficiência técnica.

O acontecimento trazido pela revista é apresentado como se fosse verdade absoluta. A revista revela-se como instrumento para conhecer essa verdade. Sua abordagem editorial então é assunto culminante e decisivo na relação que tem com o público leitor e ao superar a distinção entre gêneros informativo e interpretativo, traz um texto “editorializado”, onde o tratamento dado pela reportagem ao assunto encerra uma visão do fato.

Melo (2003, p. 73) destaca que os meios de comunicação influenciam pessoas, mobilizam e comovem grupos e sociedades. “São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem”.

De fato, na revista não há formas muito rígidas de redação como em um jornal diário. Para escrever em revista é preciso inspiração e criatividade. Uma revista deve ir além do fato, mas não deve ter a pretensão de dar a palavra final e sim abordar o conceito de notícia de um modo mais amplo e contextualizado. “A revista semanal de informações deve tratar o conceito de notícia de um modo mais amplo, reestabelecendo um contexto maior” (VILAS BOAS, p. 74, 1996).

É preciso então, de acordo com Schwaab (2013, p. 297), questionar o tipo de jornalismo produzido por essas revistas, de acordo com suas especificidades, compreendendo a própria revista e o seu jornalismo.

Considerações finais

Foi possível perceber que acerca dos dois eventos a revista *Veja* optou por um enquadramento centrado na personalidade, na definição de Porto (2001), com uma abordagem um tanto quanto superficial e consolidada em preconceitos e estereótipos em relação aos manifestantes. Este enquadramento, neste caso, descreve características, qualidades e habilidades de atores individuais, dos manifestantes e do evento em questão. Não traz e não apresenta nada novo, nada substancial, não explica e nem contextualiza os fatos, não resgata a origem nem um histórico dos principais problemas em questão: a questão dos transportes e a corrupção.

Pelo contrário, em relação às manifestações de junho, ao focar as ações excessivas dos manifestantes (ações que são generalizadas a todos os manifestantes pelo veículo, sem descrevê-los distintamente, ou seja, mantém todos eles no mesmo pacote),

desmerece toda motivação dos acontecimentos e do evento e sua verdadeira importância.

Veja inicia seu discurso sobre as manifestações com a edição do dia 19 de junho (Edição 2326). Traz uma capa com a foto de um local incendiado e com a pichação “Contra o aumento”, com a chamada “A revolta dos jovens – depois dos preços das passagens a matéria, a vez da corrupção e da criminalidade?” A matéria, enfim, “A razão de tanta fúria”, desdenha sem cerimônia do perfil dos jovens manifestantes que tomaram as ruas no início de junho.

A revista faz uma avaliação, em números, de pessoas que entraram em confronto com a polícia e afirma que tal episódio foi notável, com maior número de presos desde a ditadura militar. O veículo destaca o perfil destes jovens e os enquadra como “um grupo nanico”, uma minoria, quando se refere ao MPL (Movimento Passe Livre), que é engrossado por outras minorias, “que participam ativamente do quebra-quebra” e que seriam “os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema-esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PC do B), militantes radicais de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento”.

O veículo os enquadra como “rebeldes sem causa”, porque reuniu pessoas com situação financeira estável e que não utilizam o transporte público. Seria um movimento não espontâneo, mas planejado e também um vetor de violência.

A revista insiste no discurso de que a maioria dos manifestantes não é usuária do transporte público, que nem eles mesmos sabem contra o que exatamente se rebelam, mas que precisam ser ouvidos e que sofreriam de moléstias como a ausência de partidos. Esses jovens não estariam se sentindo representados e buscariam “respostas rápidas às suas novas demandas”. Não deixa de ser contraditório o discurso, visto que ao mesmo tempo em que desdenha das razões do movimento e do perfil dos manifestantes, acrescenta outros motivos pertinentes aos anseios da juventude.

Sobre as manifestações do dia 15, não há uma contextualização sobre o evento, motivos, personagens e configurações. Há apenas uma intensa disposição em desqualificar, de fato, o governo Dilma. As charges e as fotos (inclusive a da capa da edição) apontam para uma governante “de olhos fechados”, preocupada, de semblante apreensivo e que estaria contribuindo significativamente para “empurrar o país para o buraco”. Há, inclusive, um material iconográfico que sugere quais seriam as possíveis

saídas de Dilma e uma tabela sobre indicadores econômicos antes e durante seu governo, dando ênfase para a situação econômica do país, uma situação de crise.

Os relatos de três reportagens especiais do dia 18 de março descrevem um governo que mal teria começado e já enfrentaria sérios problemas de insatisfação popular, pannels e desaprovações. Sobre o evento de domingo: teria sido fruto de uma sucessão de manobras malsucedidas da presidente. Seus manifestantes simplesmente não foram contemplados.

Não se viu, de fato, uma diversidade de fontes significativa a fim de contextualizar de maneira mais plural, diversa e profunda o acontecimento de sacudiu as principais capitais do país. Fontes oficiais foram mais recorrentes.

Nenhuma das matérias teria apresentado um enquadramento temático e substancial dos fatos e seus desdobramentos.

Bibliografia

ANTUNES, Elton. **Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia.** *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009. Disponível em:<<http://www.univerciencia.org/index.php/record/view/72742>> Acesso em: 15 maio, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ENTMAN, Robert M. **Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11.** *Political Communication*, 20:415–432, 2003.

_____. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm.** *Journal of Communication*, n. 43, vol. 4, 1993, pp. 51-58.

_____. **Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the Kal and Iran Air incidents.** In: *Journal of Communication*. v. 41 n. 4, p. 6-27, Autumn, 1991.

Folha de S. Paulo. **Manual de redação da folha de São Paulo.** São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

GENTILLI, V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GONÇALVES, T. **A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo.** *Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura*, n. 5/6, Lisboa, 2005. Disponível

em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MARICATO ET AL, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus Editora, 1987.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no Caso Dossê – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital**. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: http://www4.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/flavio.pdf. Acesso em: 24 abr. 2015.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: 25º Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Salvador, Bahia, 2002.

REIMÃO, Sandra (Org). **Livros em revista: um estudo sobre a seção de livros em revistas brasileiras de grandes tiragens**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

ROTHBERG, D. **Política mediada, democracia e elites**. Bauru: Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2005.

_____. **Comunicação de massa e discernimento político**. Bauru: Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 1994.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2013. 112p.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Vozes silenciadas – Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo/ Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – São Paulo: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014.**

SOARES, Murilo Cesar. **Análise de enquadramento**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. p. 3-17. Disponível em:

<http://www.editoraatlas.com.br/atlas/webapp/detalhes_produto.aspx?prd_des_ean13=9788522445332>. Acesso em: 24 abr. 2014.

_____**Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento de cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____**A cobertura dos temas de cidadania.** In: VICENTE, Maximiliano Martin e ROTHBERG, Danilo. Meios de comunicação e cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

_____**Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____**Representações e comunicação: uma relação em crise.** Revista Líbero, 2007, 20(10):47-56.

SCHWAAB, Reges e TAVARES, Frederico de Mello B. (Org). **A revista e seu jornalismo.** Porto Alegre: Penso, 2013, p 288-200.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e Cidadania.** Bauru: Edusc, 2009.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo Magazine. O texto em revista.** São Paulo: Summus, 1996

TANKARD JR, James. **The empirical approach to the study of media framing.** In: S. Reese, O. Gandy, Jr. e A. Grant, eds. Framing Public Life, Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001, pp. 95-106.

TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of Objectivity.** American Journal of Sociology, Vol. 77, n. 4, 1972 pp. 660-679.

Editora Abril. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>>. Acesso em 24 maio. 2015.